

ACTA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2006.

No dia vinte e dois de Novembro do ano de dois mil e seis, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram os Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, a fim de se realizar a quinta Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal.

Estiveram presentes para secretariar, a Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, Dr.ª Maria Mavilde Gonçalves Xavier os Chefes das Divisões Administrativa e Financeira, António Eugénio Gonçalves Mota e Manuel António Chumbo.

Eram vinte e uma horas, quando o Sr. Presidente, declarou aberta a reunião.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E GESTÃO FINANCEIRA DIVISÃO FINANCEIRA

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2007:

Pelo Sr. Presidente foi feita uma apresentação pormenorizada das componentes do PPI, do PAM e do Orçamento Municipal para o ano de 2007.

A previsão de receitas foi realizada de acordo com o previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as devidas alterações, tendo sido garantido o cumprimento, dos princípios orçamentais, bem como a sua compatibilidade com as regras previsionais aí definidas.

Na avaliação das receitas para efeitos de estruturação do orçamento global (receita corrente e de capital), foram seguidas orientações de contenção, devidas às perspectivas de baixo crescimento económico previsto para o país, com efeitos directos e indirectos nos impostos municipais, feita avaliação adequada às receitas provenientes da venda de bens e serviços correntes, e outras receitas correntes e de capital.

A situação actual em termos de finanças locais é penalizadora para o Poder Local, dado que o valor das transferências por parte da Administração Central tem mantido o mesmo valor desde o ano de 2005, o que representa de facto uma perda real de 10,4%, por não ser contemplada a inflação de 2005, 2006 e prevista para 2007, e também por ter sido aumentados os descontos para a Caixa Geral de Aposentações (3% em 2006 e 2% em 2007), bem como outros encargos.

A limitação à autonomia dos municípios, o não cumprimento da Lei das Finanças Locais, assim como a Lei de Finanças Locais recentemente aprovada, que por um lado vai diminuir as transferências em termos globais e por outro alterar os critérios de distribuição, favorecendo os municípios mais ricos e com mais população (os municípios do litoral), fazem antever algumas dificuldades adicionais para os municípios das regiões do interior, mais fragilizadas em termos sociais e económicos e com acentuado índice de despovoamento.

A previsão de receitas para o ano de 2007 é de 38.106.200€, um ligeiro aumento de 3,09% relativamente ao ano de 2006, sendo 52,35% de receitas correntes e 47,64% de receitas de capital. A estrutura das receitas é a seguinte: receitas próprias 35,08%; FEF/FSM/ e participação fixa no IRS é de 35,33% e apoios comunitários 29,59%. No ano de 2007, encerra o terceiro QCA e inicia o próximo para o período de 2007-2013. Assim no próximo ano todos os projectos actualmente em execução ou em fase de início, serão encerrados física e financeiramente, pelo que o valor previsto de apoios comunitários e outros deverá ser concretizado, por não ter sido incluída previsão para novos projectos. Nos três quadros comunitários de apoio (desde 1990 a 2006), foram já mobilizados cerca de 80 milhões de euros em fundos comunitários para investimento municipal, sendo que 85% foram obtidos nos últimos nove anos, o que nos permitiu um impulso enorme de modernização em equipamentos, infra estruturas de requalificação urbana, ciclo que se pretende seja continuado, agora concentrando recursos de forma mais selectiva.

O orçamento da despesa, de igual valor que o da receita, afecta os recursos do orçamento da receita, ao desenvolvimento das acções, actividades e investimentos a realizar, distribuídos por cinco unidades orgânicas. As

despesas correntes atingem o valor de 17.557.400 euros, com um acréscimo de 6,56% relativamente à previsão do ano de 2006. Esta tendência resulta do incremento e consolidação de novas actividades, em resultado da construção de equipamentos culturais, desportivos e de transportes, aumento de encargos no sector de ensino, aumento da despesa com energia, segurança, manutenção, seguros e outras despesas, resultantes de atribuições legais.

A despesa corrente representa 46,07% e a de capital 53,93% do orçamento da despesa. A despesa corrente desagrega-se em despesa com pessoal que representa 41,4%, a aquisição de bens e serviços 49,3% e outras despesas 9,3%. A despesa de capital, desagrega-se da seguinte forma: aquisição de bens de capital que representa 81,7%; transferências de capital 6,8%; activos financeiros 3,9% e passivos financeiros 7,6%. A rubrica de activos financeiros aumenta, para fazer face a responsabilidades em algumas das empresas participadas.

Os recursos atribuídos ao investimento tendo como base os documentos de apoio à gestão (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipal), são distribuídos da seguinte forma: funções gerais 5,4%; funções sociais 73,7% e funções económicas 20,9%.

A dívida a médio e longo prazo estima-se que em Dezembro de 2007 seja de 8.772.518,27€, ou seja, uma redução de 25,53% desde 31 -12-2004. A dívida a curto prazo a 31 de Dez. de 2007 estima-se em 4,5 milhões de €, pelo que a dívida total estará próxima dos 13,27 milhões de euros, ou seja 82% da dívida a 31 de Dez. de 2005 e 73,3% da dívida a 1 de Jan. de 1998. Como orientação, teremos que encarar a eventual utilização de parte da capacidade de endividamento disponível, para fazer face ao encerramento do QCA, reescalonamento da dívida alargando o prazo de pagamento, por estar demasiado concentrada no curto prazo e considerar que a dívida de médio longo prazo, não deverá estar abaixo dos 10 milhões de euros durante o próximo QCA.

Ao nível do património / activo fixo do município, destaca-se que no ano de 2001 o activo bruto era de 37.409.842,00 €, no ano de 2002, o seu valor era de 53.070.440,98€, em 2006 estavam já registados bens no valor de 138.773.438,50€, ou seja um crescimento de 3,7 vezes comparando 2001 com 2006, o que bem evidencia os efeitos correspondentes a um ciclo único de

investimento municipal, sem que a dívida do município tivesse aumentado, o que permite fazer a leitura do que consideramos ser uma gestão empenhada, responsável e com resultados positivos, suficientemente evidentes. A evolução do imobilizado (considerado em investimentos financeiros, investimentos do domínio privado e investimentos do domínio público), foi excepcional, construiu-se património, garantiu-se qualidade de vida e oportunidade aos cidadãos.

Quanto ao pessoal do município, temos privilegiado o investimento na formação, no sentido da procura de satisfação dos colaboradores, melhoria das condições de trabalho, no âmbito da higiene, segurança e medicina no trabalho e da obtenção de melhor resposta aos problemas dos munícipes. Em termos globais, apesar de no ano de 2007, ser necessário abrir mais três novos equipamentos, vamos procurar manter o número de funcionários (durante o ano de 2006, reduziu o seu número de 406 para 394), aumentar a produtividade, traçando objectivos individuais e colectivos, enquadrados no novo sistema de avaliação, e manter equilíbrio nas despesas.

Estamos convictos que a organização responderá activamente, melhorando significativamente a qualidade de todos os serviços, tornando-os mais eficientes para que a certificação de três unidades orgânicas, que mais directamente se relacionam com os munícipes, seja uma realidade em 2007.

Nos últimos anos apostamos em dois sentidos: por um lado qualificar a organização contratando mais quadros superiores, reduzindo áreas de intervenção de menor expressão e por outro recorrer à contratação de serviços externos em áreas como seja a segurança; a limpeza de edifícios; a recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza urbana; o tratamento de água de abastecimento e águas residuais; a manutenção de parte dos espaços verdes; serviços especializados de manutenção de equipamentos eléctricos e mecânicos. Esta orientação tem-nos permitido obter mais qualidade nos serviços prestados, garantindo a criação de mais emprego, maior flexibilidade e garantia de execução em conformidade com o pretendido.

Quanto à orientação para o Plano Plurianual de Investimentos, foi por ordem de prioridade considerada a correcta inscrição de compromissos assumidos, sendo relevante a conclusão de investimentos na área rural e alguns investimentos na área urbana; a inclusão de obras adjudicadas ou em

fase de adjudicação; a inclusão de novos projectos candidatados a apoios comunitários, já aprovados na área do saneamento básico e a inscrição de um conjunto de novos projectos, para efeitos de preparação de candidaturas ao novo programa comunitário. A inscrição destes últimos, corresponde a parte das intenções de execução do mandato autárquico as quais serão trabalhadas ao nível de projecto, de financiamento e de execução, conforme a evolução das oportunidades no âmbito do próximo QCA, gerido de forma mais centralizada, dirigido para investimento de forma mais selectiva e de maior dimensão, processo que privilegia a competitividade em detrimento da coesão, ou seja as zonas do país com mais actividade económica (leia-se litoral), serão mais beneficiadas o que poderá acentuar as desigualdades com as zonas do interior mais frágeis.

Da análise desagregada do investimento, destacam-se as seguintes áreas de investimento: serviços gerais de administração pública com 5,45%, (destaque para a rubrica de maquinaria e equipamento); educação com 5,61%; saúde com 10,49%; habitação e serviços colectivos com 39,06%; (destacando-se as rubricas de ordenamento do território com 16,98% e saneamento básico com 14,03%); serviços culturais, recreativos e religiosos com 16,93% (destacando-se a rubrica de cultura com 14,22%); funções económicas com 22,42% (destacando-se as seguintes rubricas: industria e energia com 5,94%, transportes rodoviários com 9,47% e transportes aéreos com 5,97%).

Quanto à cooperação com as Juntas de Freguesia, mantêm-se o apoio técnico e financeiro, promovendo a colaboração em áreas, como a recuperação do património, construção de infra-estruturas, pavimentação de arruamentos, construção de equipamentos, arranjo de caminhos, limpeza, cemitérios, pontões, promoção económica, construção de Sedes de Junta de Freguesia, centros de convívio, arranjo de largos e outros trabalhos, no sentido da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do maior número de cidadãos.

As transferências previstas para apoiar financeiramente as actividades diversas das Juntas de Freguesia foram aumentadas relativamente ao ano anterior, situação a que acrescem verbas correspondentes a outros projectos indicados no Plano de Actividades Municipal, com o valor de 1.549.900€, para investimentos diversos, a realizar pela Freguesias, Associações e IPSS.

Analisado o Plano Plurianual de Investimentos, nas várias componentes de investimento, constata-se que mais de 50% do investimento é directamente canalizado para o meio rural ou para projectos que servem igualmente a população do município, exemplo do investimento no aeródromo, localizado numa freguesia rural e do novo centro de saúde, localizado numa freguesia urbana.

Quanto à colaboração com as associações, a Câmara Municipal tem procurado ser exigente nos apoios a conceder, devendo estes acontecer no âmbito de uma estratégia mais clarificada e tendo em vista a consolidação de princípios globais de acção. O movimento associativo exige uma grande responsabilidade pessoal e social, premiando a boa gestão e administração, entendida no sentido mais nobre, o de servir o desenvolvimento com justiça social e o emergir de uma cidadania mais activa.

Sendo essencial a participação dos cidadãos na vida da comunidade, o reforço da cidadania activa e a construção de uma maior solidariedade, esta Câmara Municipal apoia com verbas significativas as actividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, incidindo uma parte significativa no apoio à construção e conservação de equipamentos normalmente transferida com base em acordos de colaboração.

A Câmara Municipal, no âmbito das suas competências participa no capital social de diversas empresas, em associações e fundações. O Município de Bragança detém 19 participações, sendo oito sociedades societárias (4 sociedades anónimas de capitais maioritariamente públicos, 2 são sociedades por quotas e 2 sob a forma de entidades de natureza municipal ou intermunicipal); 9 entidades não societárias participadas e 2 Fundações.

Submetidos à votação foram os mesmos aprovados, com os votos favoráveis dos Srs., Presidente e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes; e os votos contra dos Srs. Vereadores, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Francisco Manuel Gonçalves.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submete-los à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea b) do nº. 2 do artº. nº. 53º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Os Srs. Vereadores que votaram contra apresentaram a seguinte declaração de voto:

“É do domínio público, que o PPI – Plano Plurianual de Investimento, é o documento estruturante da gestão autárquica e que, para além de reflectir as opções políticas prioritárias dos Executivos, torna evidente a sua atitude perante as perspectivas futuras de desenvolvimento sócio-cultural e criação de riqueza do Município, pois, programas e projectos elencados, de carácter estruturante, esporádico, ou de ordem conjuntural, vão no sentido da concretização dos seus objectivos específicos.

Daí, as divergências ou convergências existentes de pensamentos, opiniões, atitudes, que, muitas vezes, se fundamentam para o mesmo fim: o bem público.

Só que, os caminhos são diferentes: por vezes paralelos, outras vezes oblíquos, mas raramente coincidentes.

Isto, a propósito, do Orçamento, Plano de Actividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2007, apresentados pelo Município de Bragança.

No âmbito do Orçamento e, na parte Introdutória da sua justificação, não podemos concordar com a afirmação de que não é cumprida a Lei das Finanças Locais. Pelo contrário, a mesma é cumprida e, as transferências do ano anterior para este, e, com certeza para o próximo, aumentaram, em vez de diminuir.

Se assim não fosse, como é previsto um aumento de receitas no valor de 3,09 % relativamente ao ano de 2006? Onde é que a Autarquia tem outras receitas justificáveis para esse acréscimo?

Parece-nos, ser um lugar comum, queixarmo-nos da falta de apoios, como o PIDDAC e outros. Mas, se há uma parte de verdade no seu fundamento, existe uma outra, que depende de nós, ao sermos capazes de saber cativar e atrair investimentos diversos.

É que, nesta matéria, não estaremos a tornar-nos pouco ousados e criativos?

O próprio PPI é disso exemplo.

Evidencia uma preocupação em concluir a maior percentagem (%) de obras iniciadas em anos anteriores e diminuir a dívida existente em cerca de 1,5 milhões de euros. Com certeza é compreensível essa razoabilidade de poupança, mas o orçamento previsto, não apresenta nenhuma obra estruturante ou estratégica, no sentido do desenvolvimento sustentado do Concelho.

Ora vejamos:

Os recursos de investimento (PPI) distribuídos pelas seguintes áreas: funções gerais: 5,4 %, funções sociais: 73,7% e funções económicas: 20,9 %, não nos dão uma visão tão objectiva e desejável, no nosso entender, de assim acontecer.

Notando-se uma diminuição ao nível das Funções Gerais, isto é, diminuição de despesa corrente, há aqui um exercício da diminuição de pessoal, o que nos leva a questionar, como isso poderá acontecer, se se encontra prevista a abertura de mais 3 equipamentos novos: o Centro de Arte Contemporânea, o Centro de Ciência Viva e o Museu Ibérico da Máscara e do Traje.

Será que é suficiente a informatização de alguns serviços e a formação específica, louváveis, por certo, mas limitados para dar resposta às novas necessidades ora criadas? Será que os trabalhadores têm de aumentar mais a sua produtividade? Concordamos que em algumas áreas isso possa acontecer, mas em outras, como a área social, por exemplo, carece de mais recursos humanos técnicos especializados em diferentes matérias de carácter interventivo e investigativo.

A este propósito, a grande percentagem (%) referente ao investimento nas funções sociais, vai para a Educação, aqui mais no âmbito do Ensino Básico com a construção de Centros Escolares, e, a construção do Centro de Ciência Viva / Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, e, no âmbito da Saúde, a construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II.

No que concerne à Habitação, nomeadamente à habitação social, vai o nosso voto negativo. Aliás, o maior investimento aqui apontado, é a aquisição do actual edifício da Agência do Banco de Portugal, onde se encontra previsto

instalar o Centro de Arte Contemporânea, a aquisição de terrenos e edifícios à DGPE ou da zona industrial de Mós. Para nós, a sua inclusão nesta área da Habitação, é muito discutível e não concordamos com a mesma, já que este tipo de investimentos deveria ser incluso na área cultural ou nas Funções Económicas, área industrial, por exemplo.

Quanto à conservação de fogos dos bairros de habitação social da Mãe D'Água e Coxa, parece evidenciar um não desejo de recuperar os mesmos, pois há uma previsão de cerca de 50% do investimento inferior ao previsto no ano de 2006.

O mesmo acontece ao nível do projecto e construção de habitação social. Se, no ano passado, evidenciámos positivamente este investimento ao contemplar 150.000,00 € (pouco, mas suficiente para se avançar nesta área) este ano, evidenciamos negativamente esta diminuição para 25.000,00 €, e perguntamos, a V^{as} Ex^{as}, o que irão construir com 5.000 contos em moeda antiga?

No campo do Voluntariado Social, aprovou este Executivo, há cerca de um ano, uma proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, mas que continua por operacionalizar, e, não há qualquer referência de investimento ao nível da criação do Banco de Dados Municipal do Voluntariado.

No que se refere ao Desporto, Recreio e Lazer, existe apenas uma verba digna de nota que é de 145.000,00 €, para Estudos referentes ao controverso Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Trajinha.

Para o apoio às Associações Culturais, Recreativas e Desportivas, continuamos a insistir que o mesmo deve obedecer a critérios regulamentares uniformes, como propusemos ainda durante o corrente ano, em que cada um dos Grupos Políticos chegou a apresentar um Regulamento sobre este assunto, mas que nem se acabaram de analisar.

No que concerne às Áreas do Ordenamento do Território e Urbanização, nada de significativo há a sublinhar, apenas a referência a alguns estudos e projectos não identificados, à requalificação de Largos nas Aldeias e execução de infra-estruturas do Loteamento de S. Tiago – 1^a fase.

No âmbito do Saneamento e Abastecimento de Água, há a referir uma grande percentagem (%) de empreendimentos já concluídos ou a concluir, e, salvo raras excepções, um ou outro investimento mais significativo, este, ao nível do saneamento no meio rural.

Também no que se refere a Resíduos Sólidos, Higiene Pública, Cemitérios e Meio Ambiente, trata-se quase de gestão corrente.

No âmbito das Funções Económicas, não há evidência de uma aposta ao apoio do investimento efectivo e concreto, em áreas como a agricultura e afins, bem assim ao nível industrial, comercial e energético, no sentido de um desenvolvimento económico, produtor de riqueza e bem estar para todos.

No campo dos Transportes e Comunicações, há a referir como proposta mais evidente, a Ligação de Fontes de Transbaceiro à Fronteira, e, uma outra situação de pavimentação ainda por acabar, e, a Instalação da Estação Automática de Meteorologia VOR /DME, no âmbito geográfico do Aeródromo Municipal.

Em síntese, é evidente para todos, que este PPI se limita mais a uma gestão do existente e edificado, do que a propostas concretas de um Plano de Investimentos, a curto e médio prazos.

Aliás, as despesas de investimento previstas, poucas são aquelas que atingem o limite temporal de 2.010 euros, em comparação com o total previsto do ano de 2006, tem uma redução de mais de 4,5 milhões de euros.

Mas, com certeza, é esse o grande objectivo desta Câmara que, com toda a certeza, em parte, não é o nosso.”

O Sr. Presidente e Vereadores, que votaram a favor, ditaram para a acta as seguintes declarações de voto:

Arqt.º Nuno Cristóvão

“Voto favoravelmente por entender ser um Orçamento e um Plano com continuidade que reflecte todo um desenvolvimento e uma estratégia que colocamos à consideração do eleitorado e que foi aceite com grande votação. Não é uma proposta feita ano a ano como se poderá depreender da intervenção dos Srs. Vereadores do Partido Socialista. Tem toda a lógica, tem toda a coerência, não podendo ser de outra forma; pois é o projecto dos Cidadãos de Bragança que votaram em nós.”

Dr.ª Isabel Lopes

“Voto favoravelmente o Orçamento e o Plano, por ser um Plano Plurianual que dá continuidade ao do ano anterior o qual já mereceu o meu voto favorável.

Obviamente, estes documentos não reflectem todos os investimentos que se irão efectuar nos próximos anos porque, concerteza, o Município irá candidatar-se ao IV Quadro Comunitário de Apoio e iremos concretizar mais investimento do que aquele que consta destes documentos.”

Dr.ª Fátima Fernandes

Voto favoravelmente o Orçamento e o Plano. É um Plano Plurianual coerente e de continuidade que reflecte um projecto iniciado no ano anterior com projecção para os próximos três anos.

É um Orçamento e Plano cujo conteúdo responde aos anseios da população reflectindo um programa da acção que vem sendo desenvolvido ao longo destes anos e com o qual me identifico.”

Eng.º Rui Caseiro

“O Orçamento para o ano de 2007, é um bom orçamento, face aos diversos condicionalismos impostos por um lado, pelo Governo e por outro, pela situação económica e social vivida pelas famílias em geral.

O Orçamento traduz uma gestão rigorosa do Município, na senda do que tem sido feito nos últimos anos, demonstrando haver uma preocupação no direccionamento das receitas para o investimento, bem como no controlo da dívida.

Dado o ano de 2007, ser o último do III Quadro Comunitário de Apoio, torna-se necessário efectuar o encerramento físico e financeiro de um conjunto muito vasto de projectos, pelo que o Orçamento tem isso em conta, assim como o Plano de Actividades Municipal e o Plano Plurianual de Investimento. Contempla-se para 2007, a aquisição de equipamento e adequação de espaços físicos, que, aliados à formação efectuada e em curso, dos recursos humanos, permitirão tornar o serviço prestado aos cidadãos mais eficaz e eficiente, associado a melhores condições de trabalho para os colaboradores da Autarquia.

No Plano Plurianual de Investimentos para 2007, além de contemplar a conclusão de todas as acções que têm financiamento comunitário, serão

lançadas outras que vão de encontro às necessidades sentidas pelos Municípios a nível de infraestruturas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos Brigantinos tanto na cidade como na área rural.

Trata-se de um documento que traduz uma política de transparência, realista e de rigor e que promove o desenvolvimento económico e social do Concelho, pelo que o meu voto é obviamente favorável.”

Sr. Presidente

“Apresentamos um Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos coerentes com as opções estratégicas já anteriormente definidas e com bons resultados, opções legitimadas pelos cidadãos de forma suficientemente expressiva. Trata-se pois de acções e propostas que dão continuidade a um projecto global que tem de ser avaliado na sua dimensão plurianual que pensamos ser positiva e conforme as expectativas dos cidadãos em geral modeladas pelos condicionamentos de uma conjuntura menos favorável.”

Lida a presente Acta, foi a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos e para efeitos consignados nos nºs. 2 e 4 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que vai ser assinada pelo Exmo. Presidente da Câmara e pela Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira.
